

madrinhas de guerra

marta martins silva

Aos meus avós, que são o meu passado sempre presente.
Aos meus pais e ao Bruno, por terem sempre acreditado.
Aos meus filhos, Simão e Vicente. Que vivam o presente e sonhem com o futuro, mas nunca se esqueçam da importância do passado.

«A madrinha de guerra escreve ao seu afilhado pelo menos todas as semanas. E, ao passo que as cartas de casa são tanta vez deprimentes e lamentosas (a queixarem-se das saudades que têm, das dificuldades que passam, do receio que sentem pela segurança do rapaz), as cartas da madrinha de guerra procuram ser sempre agradáveis, versando os assuntos que mais possam interessá-los. A madrinha de guerra sabe que é importante distrair o seu afilhado.»

**Cecília Supico Pinto, *Presença*, revista do Movimento
Nacional Feminino, n.º 1, 1963**

Madrinhas de guerra são
Donas de altos predicados
P'la sua dedicação
Aos nossos nobres soldados
Dando-lhe apoio moral
Genuíno em transparência
Sempre incondicional
E sem qualquer exigência

Há um sopro de magia
Nas cartas ao afilhado
Que preenchem de alegria
O coração do soldado
E cada carta é relida
De as ler nunca se cansa
São quais retalhos de vida
Com perfume de esperança

Nasce em reciprocidade
Uma invulgar relação
Que vem dar voz à saudade
E calar a solidão
Num desejo veemente
De voltar à sua terra
E abraçar pessoalmente
Sua madrinha de guerra

Mulheres cheias de virtude
Que foram grandes pilares
Colorindo a juventude
Dos garbosos militares.
P'la sua força e coragem
Este meu poema encerra
A mais devida homenagem
Para as madrinhas de guerra

Euclides Cavaco, 2010

ÍNDICE

Prefácio	15
Nota da autora	21
 PRIMEIRO CAPÍTULO — As primeiras madrinhas de guerra	 23
Como tudo começou	27
A escrita como sobrevivência...	
mesmo para quem não sabia escrever	37
 SEGUNDO CAPÍTULO — Aerogramas — os pombos-correios	
que levavam e traziam a saudade	47
O anúncio no jornal	49
Milhares de aerogramas	56
Mais de vinte de uma vez	62
Ai as «estudantas»...	68
Afinal havia outro	69
E afinal havia outra...	72
Não teve de ser	81
A madrinha que salvou o casamento	85
Os colecionadores de madrinhas	88
A esposa que sabotou o encontro	94
Duas irmãs e um soldado	95
A madrinha velhota e a madrinha impossível	97
 TERCEIRO CAPÍTULO — O Movimento Nacional Feminino	 99
A madrinha a quem pede perdão	113
Uma dolorosa rutura... e mais um pedido de perdão	116
Famíliares e amigos davam uma ajuda	120
Lembranças e conselhos no embarque	123
As jovens portuguesas	131

Cecília Supico Pinto — A «mãe» do Movimento (1921-2011): a figura feminina mais importante do regime	134
Maria Estefânia Anacoreta — A mulher sem medo que levava as famílias aos militares (1919-2008)	140
Madrinhas de guerra em Moçambique	143
A madrinha que não era a dele	146
 QUARTO CAPÍTULO — Amor em tempo de guerra	151
Gertrudes Pedro e António Messias	152
Lúcia Tomé Carvalho e Leonel Carvalho	178
Natércia Nunes Martins e António Martins	188
Rosa Matos Neves e Carlos Cândido Neves	206
Fernanda e António Tavares	218
Rosa Silva e Mário Silva	225
Idalina Santos Mendes e Manuel Mendes	243
Graça Furtado e António Rodrigues	254
Maria Fernanda e Manuel Ferreira	261
Maria do Céu Cadima e Fernando Paredes	266
 Bibliografia	273
Agradecimentos	277

PREFÁCIO

Alguém escreveu que, quando a guerra começa, todo o soldado deve estar ciente de que já está morto. Parece um exagero, mas é um bom ponto de partida para falar de *Madrinhas de Guerra* de Marta Martins Silva. Lendo-o, poderemos dizer que, quando partiu para a guerra em Angola, na Guiné e em Moçambique, todo o português feito soldado sentiu que quebrava uma ligação ao que lhe era matricial à sua terra, à sua família, à sua comunidade, aos seus projetos de vida. Morria, porque o arrancavam do seu meio e o transplantavam para outro, desconhecido. Quem permanecia na metrópole, em certa medida, também o assumia como morto. Ele nunca regressará como o conheceram. Será outro. É dessa transformação que nos dá conta o livro de Marta Martins Silva, com imagens vivas, diretas e com a reflexão que o tempo proporciona.

Madrinhas de Guerra é uma obra sobre as estratégias pessoais dos jovens portugueses feitos soldados para preservarem a corrente que os liga à origem, para resistirem às várias mortes, a física e a emocional. As madrinhas de guerra constituíram uma das amarras que permitiram ao mobilizado continuar a fazer parte da sua comunidade, enquanto ser social.

O soldado, nas trincheiras da Flandres, ou nos confins do império africano, relata os sofrimentos por que passa num território e num meio desconhecido, hostil, pergunta pelo que entretanto acontece naquela que continua a ser a sua terra e com a sua gente.

Numa carta escrita há mil e oitocentos anos, num papiro decifrado por um estudante da Universidade de Rice, nos Estados Unidos, redigida em

grego, um legionário romano chamado Aurelius Polion, destacado numa localidade perto da atual Budapeste, descrevia o seu existir ao serviço do império e queixava-se à sua família egípcia de não receber resposta às numerosas cartas. O seu discurso é muito semelhante ao dos soldados portugueses nas cartas reproduzidas neste livro.

Madrinhas de Guerra contém o essencial dos acontecimentos que permitem enquadrar a sociedade portuguesa da Primeira Grande Guerra e, principalmente, a dos anos sessenta, enredada na questão colonial. O livro de Marta Martins Silva centra-se na guerra colonial e consegue a proeza de tecer o infinitamente pequeno dos mais comuns gestos individuais dos homens e das mulheres, as suas comezinhas vidas, as suas dores e preocupações, com o infinitamente grande desenrolar do conflito resultante da oposição aos «ventos da História» do movimento descolonizador e da política do regime português, que fez dele o centro da sua ação ao longo de treze anos. Acompanhamos o mundo e os dramas de homens e mulheres nas suas lutas pessoais.

Uma das ideias mais comuns de História é a de esta ser construída por grandes acontecimentos, grandes feitos, grandes homens, que marcam e definem o destino de povos. Uma ideia de História feita do topo para a base. O que encontramos no livro de Marta Martins Silva é uma história da base para o topo. Na base encontram-se seres humanos em situação de carência de afetos e de ansiedade causada pela perturbação do desconhecido, da má nova, da aproximação da beira do precipício do suicídio. O militar vive em solidão, apesar de integrado numa unidade e de ter ao lado os seus camaradas. Há que encontrar alguém de fora do mundo claustrofóbico do «quartel do mato», da caserna, do quarto, do abrigo, a quem contar as descobertas. O militar necessita de quem o oiça e lhe receba as confissões da primeira experiência do combate, da morte, da mina, da viagem, do contacto com gente desconhecida. Há o momento efusivo da espera e da distribuição do correio, o do isolamento da leitura, o da vergonha de «lerpar», de não receber uma palavra da «terra», de ser visto como um órfão ou um pária, um abandonado.

Estes estados de necessidade de comunicar respiram nas cartas às madrinhas de guerra, integram o miolo de todas as guerras, são partilhados por todos os jovens que um dia as voltas da História enviaram para combater em terras distantes pelas glórias de impérios sempre efémeros, como o jovem alferes francês Guitry, burguês e católico, que desembarcou na Indochina em 1947 para defender uma França de grandeza ultramarina e colonial, e submeter os que ali se rebelavam e lutavam pelas independências do que vieram a ser o Laos, o Camboja e o Vietname. Ele relata à noiva a descoberta de povos intrigantes, sente o desejo de os compreender, mas teme envolver-se com eles,

indigna-se, necessita de alguém a quem confie o segredo de considerar os inimigos homens como ele, com deuses e esperanças. O alferes Guitry morreu em combate e a noiva viúva publicaria mais tarde a correspondência que trocaram, como generosamente e com elevado sentido cívico o fizeram mulheres e homens que disponibilizaram à autora as suas cartas de guerra para conhecimento público. Devemos este agradecimento aos que abriram as suas memórias e à autora que as recolheu e organizou. Este livro é uma peregrinação ao interior da geração que decidirá o fim da guerra e da ilusão imperial.

A correspondência trocada entre os militares portugueses e as suas madrinhas de guerra revela que aquela não era uma guerra que pudesse ser ganha por aqueles soldados. As primeiras cartas falam do cumprimento de um dever, de um tributo a pagar, mas, logo de seguida, do regresso, do vazio da missão que cumprem. Não se vislumbra nenhum sentimento de orgulho por estarem os militares mobilizados a contribuir para uma vitória ou para uma grande causa. As cartas manifestam, isso sim, preocupações com a sobrevivência, com o desejo que o tempo passe sem deixar grandes marcas.

O governo e os chefes militares portugueses sabiam desde o final dos anos cinquenta que uma longa guerra iria ter lugar em África e que ela continha os riscos das campanhas sem fim, conhecidos desde a guerra infinita de Roma contra os persas/parsas. Conheciam os efeitos devastadores nos recursos e na «mão de obra» militar, as dificuldades logísticas de manter longas campanhas longe das suas fronteiras, os impasses a que conduzem e a impossibilidade de os romanos se manterem nos territórios ocupados. Por conhecerem todos esses riscos, as chefias militares portuguesas, em particular o general Botelho Moniz, como ministro da Defesa, o coronel Almeida Fernandes e o major Francisco Costa Gomes, ministro e secretário de Estado do Exército, optaram por um sistema de mobilização de contingentes, que realizariam comissões com prazo definido de dois anos, em vez da modalidade de envio de corpos expedicionários para realizarem uma missão até cumprirem o objetivo determinado, como ocorrera com o CEP (Corpo Expedicionário Português) em França, em Angola e em Moçambique. As cartas entre militares e as suas madrinhas centram-se nos dois anos de comissão de uma guerra sem fim, com dois anos pesados sobre cada jovem e a sua família. «Vou regressar velho, já com vinte e três anos», escreve um; outro refere que perdera a juventude e as suas alegrias com a tropa e a guerra.

Espalhados pelos três teatros de operações de guerra, estes militares, que escrevem aerogramas às madrinhas de guerra, constituirão a única geração de portugueses a conhecerem a África profunda e não apenas o litoral. O conjunto de cartas e apontamentos históricos reunidos por Marta Martins Silva

constituem um tipo de literatura que o escritor americano Norman Mailer, autor de *Os Nus e os Mortos*, designou como *faction*, factos e ficção sobre o real. Temos, com a história extraída da correspondência com as madrinhas de guerra, a história de uma campanha vivida no dia a dia e a história de um regime confrontado com o desafio de vida ou morte. Os elementos de uma tragédia grega, com heróis de ocasião a quem o destino colocou entre a espada e a parede. Nesta tragédia, o grande mensageiro é o Serviço Postal Militar, o SPM, o extraordinário deus Mercúrio, que levou o correio a toda a parte, incluindo locais que não constavam dos mapas e por todos os meios. As madrinhas de guerra e o SPM serão as peças que farão movimentar a história íntima dos homens e das mulheres da geração da guerra, a geração daqueles que, sem a sua adesão, ela não podia ser levada a cabo e que progressivamente a foram tomando como um insuportável fardo, que algum dia teria de ser descarregado. Aconteceu a 25 de Abril de 1974.

Ao ler as cartas podemos concluir que o sangue derramado na guerra trouxe como ganho real oportunidades de encontro mais alargadas do que as da sociedade portuguesa das décadas anteriores; os jovens militares portugueses, principalmente os das zonas rurais, saíram das suas terras para cumprirem o serviço militar em zonas distantes e aí receberam a instrução da recruta e das especialidades, alfabetizaram-se, conheceram outros costumes, relacionaram-se com outras gentes num país que desconheciam e depois viveram a grande experiência da descoberta de África e deles próprios, em situação de isolamento e de perigo. Experimentaram, como nenhuma outra geração, a solidão e as tensões do medo, cada um no seu mundo interior.

Com exceção da correspondência com algumas madrinhas escolhidas pelo MNE, senhoras de boa formação moral e religiosa, devotadas aos mobilizados como parte da ação de apoio à política do regime e às suas tropas, as cartas trocadas entre os mobilizados e as madrinhas revelam outra realidade, a da natureza, que as publicações mais convencionais evitam referir. Integram uma forte componente de impulsos sexuais, de erotismo entre mulheres que pretendem representar o papel de mães e de amantes e de homens que pretendem ter uma mãe e uma amante. Nalguns casos configuram evidentes exercícios de técnicas de sedução, noutros essas manobras são mais subtis, e é esta oportunidade de penetrar nesse mundo de véus e cortinas que o livro de Marta Martins Silva nos proporciona.

Madrinhas de Guerra é uma sonda que viaja pelo universo dos sentimentos que se escondem por pudor, os amores exclusivos, ou múltiplos, correspondidos ou não, as estratégias de encantamento, as ruturas, as traições. E, talvez o mais emocionante do livro sejam os reencontros nos dias de hoje, no

último capítulo, aquele que nos reconduz à realidade: os resultados da correspondência entre as madrinhas e os seus afilhados de guerra, que tantas vezes começou com um «caro soldado no fim do mundo», ou «simpática menina que respondeu ao meu anúncio na *Crónica Feminina*», revelam a aleatoriedade da vida. Homens e mulheres encontraram-se por um acaso, um carteiro entrega um aerograma dirigido à primeira jovem que encontrar, num dado momento, numa dada circunstância.

Da leitura das cartas subentendemos que a guerra também foi o pretexto para procurar uma companhia, um destino, um futuro. Umas vezes o resultado foi feliz, noutras nem tanto. Em muitos casos os correspondentes e as madrinhas perderam o rasto uns dos outros. Quando as promessas trocadas nos aerogramas não se concretizavam na chegada dos militares à metrópole, muitas madrinhas e muitos dos mobilizados acabaram por queimá-los e a outras recordações da guerra, como um adeus ao passado. Marta Martins Silva reconstrói com emoção parte dele.

Carlos de Matos Gomes
Oficial do Exército, tendo cumprido comissões em Angola,
Moçambique e Guiné, e investigador de História
Contemporânea de Portugal.

NOTA DA AUTORA

O livro que tem entre mãos é sobre as madrinhas de guerra que se correspondiam com os soldados portugueses durante a Guerra Colonial, mas é também sobre os seus afilhados. Sobre as suas memórias de África, as dificuldades e os medos que sentiram tão longe de casa quando foram convocados — e enviados sem escolha — para as então províncias ultramarinas de Angola, Guiné e Moçambique, para combater numa guerra que não entendiam e para a qual não tinham qualquer preparação. Os rapazes de 18 e 19 anos que eles eram quando partiram em barcos apinhados de outros iguais a eles viram a morte de frente no Ultramar, choraram camaradas que ficaram pelo caminho, temeram tantas vezes não conseguir regressar para junto dos seus. Foram as cartas e os retratos das madrinhas, também elas jovens raparigas, que tantas vezes lhes deram alento para continuar — ou que tornaram menos pesarosos os dois anos de comissão. Eram elas, de quem tão pouco se fala, a ligação deles à vida.

Escrever a história de alguém é sempre uma responsabilidade. Nunca se parte para essa tarefa com a leveza de quem contaria a própria história. Nem sem a certeza de que nas linhas escritas vai ficar alguma coisa daquele que escreve, porque é preciso entrar na história e, entrando, tentar vivê-la, ainda que à distância do tempo e do espaço. Houve muitos momentos em que me deixei levar pelas histórias das madrinhas de guerra e dos seus afilhados. Em que fui a Clarisse à espera de um Eduardo que não se foi despedir dela à rodoviária como estava combinado, num tempo em que não havia telemóveis; a Gertrudes, a atender ao balcão na loja de roupa enquanto a tia do soldado

Messias tentava comovê-la a corresponder-se com ele, apesar de nunca se terem visto; o Manuel e o medo de que Maria Fernanda não quisesse ficar com ele depois do acidente que sofreu no Ultramar. Também fui o António Tavares, a subir as escadas do prédio de Fernanda com o ramo de rosas na mão; o Fernando a declarar-se à Ceuzita cinquenta anos depois, mostrando-lhe a fotografia dela que guardara; a Natércia com medo de que o António a achasse demasiado velha para ele, numa altura em que as mulheres geralmente eram mais novas do que os maridos, e a Rosa, ansiosa que Mário lhe enviasse um beijo por escrito, que ele nunca fez porque pressentia que os pais dela abriam as cartas antes de ela as ver. Esta viagem foi possível porque estas pessoas não só se prontificaram a receber-me nas suas casas como me abriram o seu coração, ao mesmo tempo que me mostravam os álbuns de fotografias, partilhavam as suas memórias e, não raras vezes, se comoviam (e eu com elas) com as lembranças daquele tempo.

De cada vez que segurei num aerograma ou numa carta trocada entre um soldado e uma madrinha de guerra foi-me inevitável pensar na viagem que aqueles pedaços de papel tinham feito até chegarem às minhas mãos, tantas décadas depois de terem sido lidos pela primeira vez pelos seus destinatários. Senti-me a espreitar, pelo buraco de uma pesada fechadura, a história daquelas pessoas que tinha à minha frente — e que com a maior generosidade me permitiram fazê-lo — mas também a História de um país.

Nasci em democracia, por isso o mais perto que estive de uma ditadura foi mesmo nos livros de História. Mas parece-me fundamental que o país não esqueça estes homens que serviram em campos de batalha improvisados uma ideologia em que não acreditavam (e tantos que morreram por ela...!) porque não tiveram outra escolha. E que regressaram com marcas que o tempo jamais apagará.

PRIMEIRO CAPÍTULO

As primeiras madrinhas de guerra

Em campanha, 30/9/1917

Prometi, querida madrinha, dar-lhe conta, mal que bem, da minha vida na guerra. Escravo da palavra dada, venho dizer-lhe das voltas e reviravoltas que sofri desde o Alentejo até pôr pé nesta terra de França.¹

A carta foi escrita por Afonso do Paço, nascido a 30 de novembro de 1895, à sua madrinha de guerra, de dentro de uma trincheira, entre ratos e humidade. Estava longe de ser um cenário idílico: as trincheiras eram as valas escavadas no solo e protegidas por sacos de areia e arame farpado que constituíram o principal tipo de estratégia militar utilizada na Primeira Guerra Mundial.

Embora se associe a madrinha de guerra ao Ultramar, o conflito que se iniciou em 1961 e levou milhares de jovens rapazes a combater nas então colónias portuguesas em África, no período do Estado Novo, o conceito nasceu durante uma outra guerra... e bem anterior a esta. Foi durante a Primeira Guerra Mundial, uma batalha global que teve início a 28 de julho de 1914 com a declaração de guerra de Inglaterra e França à Alemanha e ao Império Austro-Húngaro, e terminou com a assinatura do Armistício, no dia 11 de novembro de 1918, que se atribuiu à rapariga, ou senhora, que estivesse

¹Afonso do Paço, *Cartas às madrinhas de guerra*, 1929, Ed. de Maranus, páginas 10 e 13.

disponível para o fazer, a missão de apoiar moralmente um soldado desconhecido que se encontrasse na linha da frente da Grande Guerra. A um soldado que se encontrasse nas tais trincheiras de onde muitos não saíram com vida e de onde Afonso do Paço escreveu as suas cartas.

A Primeira Guerra Mundial foi um dos conflitos mais mortíferos da História, e, embora de início Portugal tenha assumido uma posição neutral, veio a combater em quatro frentes — Sul de Angola, desde outubro de 1914; Norte de Moçambique, desde novembro de 1914; no mar (no Atlântico Central e Sul e no Índico), desde 1914; e na Flandres (França/Bélgica), a partir de 1917.

O conflito começou com cinco nações beligerantes: as potências centrais da Tripla Aliança, a Alemanha e o Império Austro-Húngaro; e do outro lado a *Entente Cordiale*, os Aliados, francês, inglês e russo. A Itália, em 1914, declarou neutralidade e só entraria na guerra no ano seguinte. Depois dela juntar-se-iam outros países: o Japão com os Aliados, a Turquia e a Bulgária com a Tripla Aliança, a Itália em 1915 e Portugal e a Roménia em 1916. E, finalmente, os Estados Unidos da América em 1917. As outras nações europeias, incluindo Espanha, permaneceram neutras.²

*Como sabe, mobilizado por telegrama recebido em Valença, mal me apresentei na Unidade expedicionária em lindo sábado de fim de agosto, fui avisado pelo capitão comandante de bateria de que na terça-feira seguinte de manhã tínhamos de partir para França. Objectei-lhe que não seria possível com tanta pressa, pois apenas tinha um fato de cotim como indumentária de oficial, que não tinha gozado a licença da morte, que necessitava de uns dias para me poder fardar.*³

Afonso do Paço participou, como oficial miliciano, na Batalha de La Lys, a 9 de abril de 1918, integrado no 4.º Grupo de Metralhadoras Pesadas, e foi feito prisioneiro pelos alemães, por se ter rendido quando viu esgotados todos os seus recursos de defesa, antes de regressar a Portugal a 16 de janeiro de 1919. Da sua heroica ação em campanha falam as condecorações que lhe foram atribuídas, com destaque para uma Cruz de Guerra de 2.ª Classe, duas *fourragères* da Cruz de Guerra e a Medalha da Vitória, se bem que em tempo de paz foi à arqueologia que este distinto soldado se dedicou. Mas Afonso do

² António Martins da Cruz, *A Política e a Diplomacia no Início da Guerra, colóquio Portugal e a I Guerra Mundial (1914-1918)*, 7 de outubro de 2014, Assembleia da República.

³ Afonso do Paço, *Cartas às madrinhas de guerra*, 1929, Ed. de Maranus, páginas 10 e 13.

Paço nunca esqueceu a guerra nem as madrinhas com quem se correspondeu à época — de tal forma que lhes dedicou um livro onde compilou as cartas que enviou e no qual se desfez nos mais extremos elogios: «As madrinhas de guerra eram os entes mais queridos da guerra, que lançaram sobre as trincheiras regadas de sangue catadupas de amor e de carinho mitigando as nossas dores e os nossos sofrimentos.»⁴

Neste contexto de guerra, o apoio feminino consistia sobretudo no envio de correspondência — frequentemente sob a forma dos famosos lenços de Viana do Castelo, também conhecidos como lenços dos namorados — e encomendas, mas também se fazia sentir no auxílio à família dos soldados, que muitas vezes com a partida para as trincheiras dos homens da casa ficavam em sérias dificuldades e sem pão para colocar na mesa. Para se ter uma ideia da dimensão por cá, entre 1917 e 1918 uma em cada treze famílias portuguesas tinha um soldado a combater na Grande Guerra. Foram tempos de muita fome e de muitas dificuldades.

Apesar de Portugal ter começado por assumir uma posição neutral no conflito, esse estatuto não viria, como já se viu, a durar muito. Durante os anos daquela que ficou para a História conhecida como a Grande Guerra, mais de cem mil homens portugueses foram mobilizados e oito mil perderam a vida nas trincheiras da Flandres ou nos campos de batalha de África. Além das perdas humanas, o conflito significou ainda custos económicos e sociais muito superiores àquela que era na altura a capacidade nacional. Os objetivos que levaram os responsáveis políticos portugueses a entrar na guerra saíram totalmente gorados e o país demoraria a erguer-se depois desta participação. A unidade nacional não seria conseguida por este meio e a instabilidade política acentuar-se-ia até à queda do regime democrático em 1926.

*Na capital fardei-me e equipei-me enquanto o diabo esfrega um olho, pois cederam-me uma bela farpela que se destinava a um camarada qualquer que felizmente tinha a minha corpulência. O Barroso, sapateiro da elite militar, calçou-me à maravilha e o Grandella⁵ encheu-me de roupas para viver um ano na Sibéria. Uns livros, uma pequena farmácia, artigos de toilette, etc, completaram o meu equipamento de guerra. [...]*⁶

⁴ Afonso do Paço, *Cartas às madrinhas de guerra*, 1929, Ed. de Maranus, página 8.

⁵ Afonso do Paço refere-se aos Armazéns Grandella, em Lisboa, inaugurados em 1891 e onde começou o incêndio do Chiado em 1988.

⁶ Afonso do Paço, *Cartas às madrinhas de guerra*, 1929, Ed. de Maranus, páginas 10 e 13.

Os efeitos das guerras nas relações amorosas manifestam-se em todos os tempos e culturas, explicou a investigadora Helena Neves num trabalho onde abordou precisamente o amor em tempo de guerra. Diz a autora que «a comédia *Lisístrata*, do século VI a. C., manifesto de um poder feminino para a paz da autoria de Aristófanes, parece ser o texto mais antigo a abordar esta temática. A problemática assume contornos específicos nas guerras do século XX, sejam elas mundiais ou regionais. A questão que se coloca é a de saber como a mudança das práticas e das representações sociais de sexo se reflete nas relações amorosas, e como evoluem estas representações produzidas e reproduzidas num processo contraditório entre a continuidade do *habitus* que enforma a identidade feminina e a identidade masculina (continuidade insistente na propaganda governamental dirigida à mobilização de homens e de mulheres) e as ruturas impostas pelas necessidades de uma economia de guerra.»⁷

Chegados à Bretanha, desembarcamos no cais de Brest, onde ninguém ligou importância às bandeiras dos regimentos, aos toques de sentido ou de marcha de continência, a não ser os prisioneiros alemães que trabalhavam no cais.

Há pouco apresentámo-nos no Comando Português, onde um capitão de cavalaria, tomando proa napoleónica, os dedos entre os botões do jaleco, começou um discurso de incitação à guerra por estas palavras: — Nós, em campanha...

Todos achamos bem, e não lhe escutamos o arrazoado. Êste cavalheiro, que nem está na zona de guerra, teve o descaramento de se nos dirigir, a nós que imos para o front, com as palavras de sucesso:

— Nós, em campanha...

Alguém do lado:

*— Começemos a guerra aqui, acabando já com este gajo!*⁸

⁷ Helena Neves; artigo «Amor em tempo de guerra: Guerra Colonial, a (in)comunicação (im)possível», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, número 68, abril de 2004, páginas 43-63.

⁸ Afonso do Paço, *Cartas às madrinhas de guerra*, 1929, Ed. de Maranus, páginas 10 e 13.